

# OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAPITALISMO PÓS-FORDISTA

Debate ou discussão em teoria social

GT 20- Sociedade civil: protestos e movimentos sociais

Autor: Ronaldo dos Santos Silva

## RESUMO

Este artigo discute, à luz da polêmica sobre a centralidade da categoria trabalho, os novos e velhos movimentos sociais latino-americanos, frente aos ajustes neoliberais. Utiliza-se, para essa discussão, a metodologia de revisão bibliográfica. Após avaliar os efeitos do neoliberalismo sobre o mundo do trabalho analisa-se a evolução do conceito de movimentos sociais ao longo do século XX e faz-se uma crítica à Teoria dos Novos Movimentos Sociais, à luz da teoria marxista. Conclui-se que o neoliberalismo não retirou a centralidade da categoria trabalho para compreensão dos processos de enfrentamento vividos pelos povos latino-americanos, resgatando-se a observação de Sherer-Warren (2011) da necessária articulação entre as concepções culturalista e estruturalista para uma melhor compreensão da realidade social atual.

**Palavras-Chaves:** Movimentos Sociais, Trabalho, Teoria dos Novos Movimentos Sociais

## Sumário

1. Introdução.....	3
2. Neoliberalismo e mundo do trabalho.....	3
2.1 Neoliberalismo e a classe que vive do trabalho.....	4
2.2 Neoliberalismo e organização sindical.....	5
3. Teorizações sobre os movimentos sociais.....	6
3.1 As teorias clássicas.....	7
3.2 A teoria da mobilização de recursos.....	7
3.3 A teoria do processo político.....	8
3.4 A Teoria dos novos movimentos sociais.....	8
3.4.1 A Teoria dos novos movimentos sociais na América Latina.....	9
4. Elementos para uma crítica à teoria dos novos movimentos sociais .....	10
5. A Interação entre os “velhos” e “novos” movimentos sociais .....	11
6. Conclusão.....	12
Referências.....	14

### 1. Introdução

O fim do boom econômico do pós-guerra provocou mudanças no modelo de produção fordista-taylorista, levando à adoção do modelo toyotista (HARVEY, 1992), com profundas transformações na estrutura e organização da classe que vive do trabalho, levando à discussão da continuidade dessa categoria como eixo ordenador da vida social e estimulando diversos autores a formular novas teorias sobre a ação coletiva e os movimentos sociais.

Com base nesse cenário este artigo discute as visões culturalista e estruturalista sobre os movimentos sociais, através de uma extensa revisão bibliográfica, trazendo à tona textos de importantes teóricos que discutem o assunto.

## 2. Neoliberalismo e Mundo do Trabalho

A crise do petróleo, na década de 1970, marca o esgotamento do modelo fordista-taylorista de produção e abre caminho à expansão do modelo toyotista (HARVEY, 1992). No toyotismo a produção se dá em menor escala, mais horizontalizada, diferenciada segundo o gosto do consumidor, exigindo um trabalhador multifuncional e engajado de corpo e alma na defesa dos interesses do capital.

A drástica redução no número de operários industriais levou ao questionamento da centralidade da categoria trabalho como ordenadora da vida social e conduziu a novas teorias sobre a ação coletiva e os movimentos sociais. O trabalho não seria mais relevante para a compreensão das relações sociais entre os homens, extinguindo-se ou ao menos secundarizando-se a contradição proletariado versus burguesia (GORZ, 1982; OFFE, 1985, TOURAINE, 1984).

Para Calderon e Jelin (1987), apud Laranjeira (1990) ocorre “uma perda de horizontes totalizantes, ou, se quiser, uma crise da historicidade industrialista e sua substituição por uma multiplicação de novas práticas coletivas segmentadas”. Aqueles que defendem a centralidade do trabalho afirmam que apesar da maior diferenciação no seio da “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2011-a) é inegável que o salário ainda é o mote das lutas que vão dos tradicionais operários industriais aos bancários, professores e médicos. Para Laranjeira (1990) é “difícil deslocar a importância do econômico, simplesmente porque a reprodução da existência ainda depende, em grande parte dessa dimensão”.

### 2.1 Neoliberalismo e a classe que vive do trabalho

Na tradição marxista o trabalho é mais que “a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura” (MARX E ENGELS, 2012) conforme explicita Engels:

O trabalho (...) **É a condição básica e fundamental de toda a vida humana.** E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004, grifo nosso)

Marx, apud Gertz (1997) afirma que “Enquanto o processo de trabalho é um simples processo entre homem e natureza, seus elementos constitutivos permanecem comuns a todas as formas sociais de evolução”, visto que, para fazer política, filosofia, arte ou ciência:

(...) é necessário antes de mais beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc., O primeiro fato histórico é, pois a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. (MARX, ENGELS, 2007)

Sob o capitalismo a humanidade atinge o maior nível já visto termos de desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Configura-se um sistema político e econômico mundial, implicando que as realidades e especificidades nacionais submetem-se a um todo denominado sistema mundo capitalista (Wallerstein, 2004).

Nesse cenário e a partir da teoria de Marx, a discussão sobre as transformações no mundo do trabalho só pode ser entendida como uma discussão sobre as transformações no modo de produção capitalista mundial, como superação do modelo industrial por um modelo pós-industrial (TOURAINÉ, 1984), com possível superação da sociedade moderna por uma sociedade pós-moderna (HARVEY, 1992).

O fordismo-taylorismo, vigente durante três quartos do século XX, caracterizava-se:

(...) pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções, pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição / consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril (ANTUNES, 2011-a)

Como fruto desse modelo encontra-se um operariado industrial altamente concentrado, frequentemente às dezenas de milhares por unidade fabril, muito especializado e cujo trabalho é altamente parcelado e alienante.

Conforme Harvey (1992), o ano de 1973 marca o início da transformação do modelo fordista-taylorista com a adoção de inúmeros preceitos do modelo toyotista. O fordismo não foi capaz, simplesmente, de aplicar os preceitos toyotista em sua estrutura industrial conduzindo a “formas industriais totalmente novas ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação e de deslocamento para dar maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos” (HARVEY, 1992).

O novo modelo produtivo reduz o tamanho das plantas industriais que de verticalizadas, integrando as várias fases do processo produtivo, passam a ser horizontalizadas, implicando em terceirização de serviços, com efeitos sobre a estabilidade no emprego e o perfil do trabalhador industrial. Ademais busca-se a “inserção engajada do trabalhador assalariado na produção do capital (...) exigindo, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária” o objetivo é “conseguir a parceria com o trabalho assalariado”(ANTUNES E ALVES, 2004).

O proletariado industrial sofre forte redução e se expande o setor de serviços. Dados do Departamento de Comércio dos EUA do ano de 1989, citados por Antunes (2011-a), apontam uma redução de mais de 6% no setor manufatureiro e de quase 30% no setor de mineração, contra uma expansão de quase 98% no setor de serviços. Juntamente com a diminuição do proletariado industrial surgem segmentos de subproletários precarizados, que prestam serviços às indústrias sem sair de casa, terceirizados e outros. Gorz apud Antunes (2011-b) relata que entre 35 a 50% da classe trabalhadora das principais potências ocidentais encontrava-se desempregada ou subempregada em fins dos anos de 1980.

Essas transformações provocam uma grande polêmica no seio da intelectualidade europeia. Alguns intelectuais falam em desaparecimento do trabalho enquanto categoria sociológica central (GORZ, 1982; OFFE, 1985) e, após a derrocada dos regimes de “socialismo real” do leste europeu, preconizam o fim da luta de classes, substituída pelas lutas por gênero, raça, nacionalidade, ecológicas.

A América Latina não fica indiferente a todo esse processo. Como pondera Martins (2011):

o período que o neoliberalismo abriu entre 1980 e 2002 e coincidiu com a fase B do Kondratiev para a região desarticulou a arquitetura do crescimento e aprofundou a periferização e a desigualdade: taxas de crescimento econômico medíocres para a região, a desnacionalização e destruição dos segmentos de maior valor agregado do aparato produtivo, o aprofundamento da

superexploração do trabalho para suas formas mais graves e a deterioração ecológica foram os seus resultados.

É nesse contexto que ocorre a reestruturação produtiva na região.

Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. (ANTUNES, 2011-b)

Como resultado, amplos setores da classe que vive do trabalho latino-americano foram empurrados para a marginalidade, para o subemprego e para a criminalidade. Sofrem, particularmente, os setores mais jovens, de alto poder explosivo, e os mais velhos.

## 2.2 Neoliberalismo e organização sindical

A nova configuração do sistema produtivo reflete-se sobre a forma de organização dos trabalhadores. Ocorre uma significativa perda de poder dos sindicatos. Na Argentina o índice de filiação sindical recuou de 60% em 1975 para 36% em 1995, atingindo 24% em 2002. No México, entre 1992 e 2002 a população economicamente ativa filiada a sindicatos recuou de 14% para 10%. No Brasil houve relativa estabilidade na taxa de adesão aos sindicatos, que gira em torno de 20% da PEA. No Chile, após atingir o recorde de 32% de filiação sindical durante o governo Allende (1973) a taxa de associados dos sindicatos recuou para 15% da PEA, em 2005 (SORJ e MARTUCELLI, 2008).

Além da precarização das relações de trabalho e do desemprego, a insegurança, a intimidação e o afastamento das direções sindicais em relação a suas bases contribuiu para essa acelerada deserção dos quadros sindicais. A essas características Pochmann (2013) agrega a postura anti-labor dos governos locais comprometidos com o neoliberalismo.

Pichler (2013) constatou que o índice geral de sindicalização (urbana e rural) foi de 16,7%, em 1992, para 17,7%, em 2009, no Brasil, porém tal expansão não representou qualquer alteração qualitativa na fraca sindicalização brasileira. A exceção fica por conta das trabalhadoras rurais que aumentaram seu índice de sindicalização em quase 240% no período, fato que merece um estudo mais detalhado.

Diante desse cenário de perda de representatividade das organizações sindicais tradicionais dos trabalhadores a questão que se coloca é se outras formas de mobilização social poderiam auxiliar no fortalecimento da luta contra os planos de ajuste neoliberais, que afetam as condições de vida e trabalho da classe que vive do trabalho.

## 3. Teorizações sobre os movimentos sociais

Segundo Alberoni, apud Pasquino (2010) os movimentos sociais são fenômenos coletivos de grupo nos quais, a partir da ação, desenvolvem-se novas coletividades, com expectativas de um destino e um futuro comuns, constituindo-se uma nova identidade. Ressalta, ainda, o autor que, apesar de ser um fenômeno coletivo, deve-se levar em conta, ao analisar-se um movimento social, as características, exigências e valores, de cada um de seus membros. Depreende-se desse conceito que todo movimento social seria político, já que, ponderadas as individualidades, cria um sujeito coletivo que age para influir na vida social, provocando mudanças sociais, econômicas ou culturais ou evitando que estas ocorram.

Sherer-Warren (2012) afirma que se constitui um movimento social quando “uma ação coletiva gera um princípio identitário grupal (...) e age em nome de um processo de mudança societária, cultural ou sistêmica”. Essa visão implica a noção de conflito com a sociedade existente ou com o modo de fazer política, visto questionar o *status quo*, apontando uma tendência à rejeição dos movimentos que

possuam tal perfil pelos grupos dominantes de dada sociedade. Apesar disso, frisa a autora, “os movimentos sociais têm dialogado com os valores orientadores da modernidade, numa tentativa de coadunar permanência e mudança”.

Arato e Cohen (1994) afirmam que o sucesso de um movimento social não deve ser buscado em sua cristalização em novas instituições ou na incorporação de seus membros nas instituições dirigentes da sociedade, mas sim na conquista da “democratização de *valores, normas, instituições e identidades sociais enraizadas, em última instância, na cultura política.*”, pois assim preparam o terreno para novas conquistas e para os movimentos sociais que virão.

Conclui-se que não há uma visão única sobre o que sejam os movimentos sociais, nem sobre seu papel no processo de mudança social, não tendo sido elaborada, até o presente, uma teoria abrangente e de ampla aceitação sobre esse fenômeno.

### 3.1 As teorias clássicas

O período que vai até os anos de 1960 é reconhecido como período da abordagem clássica dos movimentos sociais, teve como centro a teoria da ação social e como mote compreender os comportamentos coletivos, num enfoque psicossocial. A mobilização coletiva, nesse período, era vista como fruto da irracionalidade ou como reação explosiva às frustrações individuais, segundo Smelser (ALONSO, 2009), resultado das rápidas transformações sociais e desorganização consequente (GOHN, 2004).

Podem ser identificadas cinco grandes correntes representativas desse período, três que poderiam ser chamadas de teorias dos movimentos sociais (Escola de Chicago - particularmente Blumer -, abordagem sociopolítica e abordagem estrutural-funcionalista - Smelser e outros) e duas que não chegariam a esse status, sendo mais propriamente teorias das ações coletivas (sociedade de massas - From e outros - e organizacional-comportamentalista).

### 3.2 A Teoria da mobilização de recursos

Como reação à abordagem funcionalista, e sob inspiração da teoria das organizações, surge a Teoria de Mobilização de Recursos - TMR, defendida por McCarthy e Zald, entre outros. Em oposição à irracionalidade da ação social a TMR defende a plena racionalidade desses movimentos. Nesse enfoque a opção pela mobilização seria consciente e baseada na relação custo/benefício do processo de mobilização. Entretanto, segundo observa Alonso (2009) nem toda oportunidade levaria à mobilização social. Para que a ação coletiva se desenvolvesse seriam necessários recursos materiais (financeiros e infraestruturais), humanos (ativistas e apoiadores) e organizacionais (coordenação).

A racionalidade dos movimentos sociais explicaria a tendência a sua burocratização, fazendo com que quanto mais antigos fossem esses movimentos maior fosse a pressão pela sua burocratização.

Touraine (1985), critica a visão da TMR, por seu viés economicista. Para o autor

A noção de mobilização de recursos foi empregada para transformar o estudo dos movimentos sociais num estudo de estratégias, como se os atores se definissem por suas metas e não pelas relações sociais – e sobre tudo as relações de poder – nas quais estão envolvidos (...) em muitos casos, esta noção é empregada para eliminar questionamentos sobre o significado da ação coletiva, como se a mobilização de recursos pudesse ser definida independentemente da natureza das metas e das relações sociais do ator, como

se todo ator fosse finalmente conduzido por uma lógica de racionalidade econômica<sup>1</sup>. (TOURAINÉ, 1985. Tradução livre do autor)

Para Alonso (2009) a oposição às teorias vistas como demasiadamente culturalistas levou a TMR ao extremo oposto, a afirmação de uma racionalidade exagerada e uma superestimação do aspecto estratégico da ação coletiva, relegando a cultura a um papel residual.

### 3.3 A Teoria do Processo Político

Com visão mais culturalista, a Teoria do Processo Político - TPP, segundo Alonso (2009), nasce em conflito com as explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra o sujeito histórico universal (o proletariado). Nesse aspecto assemelha-se à teoria dos Novos Movimentos Sociais.

A TPP, contudo, aproxima-se da TMR quanto à importância da coordenação dos esforços de transformação e pelo reconhecimento da racionalidade da ação coletiva. Citando Tilly (1978) Alonso (2009) observa:

a TPP supõe que a coordenação dentre os potenciais ativistas é crucial para produzir um ator coletivo, mas os agentes coletivos não são preexistentes; eles se formam por contraste durante o próprio processo contencioso. A TPP adiciona um elemento cultural à explicação. A coordenação depende de solidariedade, produto de *catnet*, isto é, da combinação entre o pertencimento a uma categoria (*catness*) e a densidade das redes interpessoais vinculando os membros do grupo entre si (*netness*) (Tilly, 1978, p 74)

Para se chegar à ação deve-se contar com estruturas de mobilização formais (entidades, ONGs) e informais (redes sociais) que fortaleçam a coordenação dos esforços transformadores. A mobilização seria um processo pelo qual determinado grupo desenvolve solidariedade e assume o controle coletivo dos recursos, formais e informais, indispensáveis à ação. O que diferencia essa visão da visão da TMR é que para a TPP essa mobilização só será um movimento social se houverem oportunidades políticas favoráveis para isso.

### 3.4 A Teoria dos novos movimentos sociais

Para Touraine(1984) um novo tipo de sociedade, uma sociedade pós-industrial, estava nascendo. Agora “em lugar de um mundo superior de unidade passa-se a girar em torno dos conflitos sociais” (TOURAINÉ, 1984, tradução livre do autor)<sup>2</sup>. Para o autor “*leconflit n'est plus associé à un secteur jugé fondamental de l'activité sociale, à l'infrastructure de la société, au travail en particulier; il*

---

1 Touraine, Alain, “An Introduction to the Study of Social Movements”, in *Social Research, USA*, Volume 52, Number 4, Winter, 1985, p. 769. “The notion of resource mobilization has been used to transform the study of social movements into a study of strategies as if actors were defined by their goals and not by the social relationships [sic]— and especially power relationships—in which they are involved... But in too many cases, this notion is used to eliminate enquiries about the meaning of collective action as if resource mobilization could be defined independently from the nature of the goals and the social relations of the actor, as if all actors were finally led by a logic of economic rationality.”

2 “à laplace d'un monde supérieur de l'unité se forme un enjeu central des conflits sociaux.” TOURAINÉ, Alain, *Le retour de l'acteur: Essai de sociologie*. Collection Mouvements, no 3. Paris : Fayard, 1984.

*est partout.*”<sup>3</sup>. Cada vez mais setores sociais incorporam-se aos conflitos. Agora “os conflitos de classes não representam mais os instrumentos de mudanças históricas”<sup>4</sup>. (TOURAINÉ, 1984, tradução livre do autor).

A concepção de Touraine é compartilhada por Habermas que interpreta, inicialmente, os novos movimentos sociais como reações particularistas e defensivas à invasão da vida social pela economia e pelo Estado e, em escritos a partir de 1981 e 1985, como portadores de um caráter de contestação dos aspectos negativos da colonização do mundo da vida (COHEN e ARATO, 1994).

Multiplicam-se os atores sociais e os sujeitos da transformação, desaparece o sujeito histórico. Touraine (2006) admite “eu próprio, num período de transição, falei do sujeito histórico, ao passo que hoje não quero falar senão do sujeito pessoal” (TOURAINÉ, 2006, apud VERONESE E LACERDA, 2011). O sujeito evoca a idéia de luta social enquanto consciência individual. O indivíduo é moldado pelos padrões sociais, tal como uma tela em branco. Já o sujeito é o indivíduo que se revolta contra os padrões sociais, é o devir combatente, rebelde, que busca em si a única verdade possível.

Essa teoria se reflete sobre a teoria dos movimentos sociais. Segundo Serbin (1997):

*La diferencia entre los viejos y los nuevos movimientos sociales no consiste tanto en el mayor alcance de la proyección transnacional de estos últimos en el marco de la globalización, como que mientras los primeros tendían a organizarse en torno a divisiones de carácter classista (movimiento obrero, campesino), los segundos se articulan en torno a contradicciones sociales tales como género, estilos de vida, ambiente, desigualdad racial y conflictos bélicos (Shaw, p. 651), de tal manera que expanden la noción de lo político a un ámbito mucho más abarcante que incluye lo social y lo cultural.*

As Teoria dos Novos Movimentos Sociais, incorporarão ao debate econômico a dimensão das lutas culturais, rejeitando a visão funcionalista da cultura, enquanto conjunto fixo de verdades passadas a serem seguidas no presente, caracterizando-se por uma visão do sujeito histórico como redutor da realidade e substituindo-o por um novo sujeito, coletivo, difuso, não hierarquizado, crítico e combatente (Gohn, 2004).

### 3.4.1. A Teoria dos novos movimentos sociais na América Latina

#### 3.4.2.

Conforme Scherer-Warren (2011), até os anos de 1980, as principais formulações sobre movimentos sociais na América Latina baseavam-se na teoria de classes marxista, enfatizando as “tendências universalizantes para os comportamentos coletivos”. Ao identificar apenas uma possibilidade de sujeito da transformação social tais teorias teriam se absterido de considerar a complexidade das situações e agentes concretos de cada luta social.

Para Gohn (2004) a influência de pressupostos ideológicos político-partidários, fruto do engajamento dos cientistas sociais do período nas lutas sociais concretas, dificultou o avanço da teoria latino-americana sobre os movimentos sociais, gerando dogmatismo e uma leitura mecanicista e determinista do marxismo.

---

3 o conflito não está mais associado com um setor considerado fundamental da atividade social, a infra-estrutura da sociedade, especialmente no trabalho, ele está em toda parte. "TOURAINÉ, Alain, Le retour de l'acteur: Essai de sociologie. Collection Mouvements, no 3. Paris : Fayard, 1984.

4 <sup>1</sup>les conflits de classes n'y sont plus les instruments de changements historiques. TOURAINÉ, Alain, Le retour de l'acteur: Essai de sociologie. Collection Mouvements, no 3. Paris : Fayard, 1984.

Em resposta a essa tendência, segundo Gohn (2004), formulou-se a teoria dos novos movimentos sociais, de matriz culturalista e identitária. O grande mérito desse esforço, segundo Sherer-Warren (2011) foi “buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos sociais, segundo o princípio da diversidade sociocultural”. Substituiu-se o foco no sujeito histórico único pelo foco nos agentes sociais concretos de cada processo de mobilização.

Segundo Sherer-Warren (2011), porém, se a teoria dos novos movimentos sociais trouxe, por um lado, ganhos na identificação dos vários tipos de opressões e discriminações a que as pessoas estão sujeitas nas sociedades latino-americanas, por outro lado, perdeu-se o de fundo histórico e econômico-estrutural que marcava a teoria anterior. Para a autora (2011-a) essa insuficiência já foi percebida por diversos pesquisadores, que buscam hoje “articular essas duas dimensões de análise”.

#### 4. Elementos para uma crítica à teoria dos novos movimentos sociais

5.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais - TNMS constituiu-se num levante contra as concepções marxistas, pois, segundo Gohn (2004) “geraram leituras mecanicistas e deterministas da realidade social, como as predominantes na Segunda Internacional, nas primeiras décadas deste século, ou as realizadas durante o período stalinista na Rússia”. Porém, ao levantar-se contra o dogmatismo parece que a TNMS joga fora o bebê junto com a água suja.

Marx e Engels (2001) afirmaram que “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. Com o capitalismo avançado seria diferente. A luta já não seria mais de classes, mas de culturas.

Para a TNMS vivemos num novo mundo (pós-fordista, pós-industrial, pós-moderno) no qual a dominação não seria mais fundamentalmente econômica, mas sim cultural. O poder das elites não estaria na dominação dos meios de produção, mas no monopólio da informação e da produção de conhecimento. Conflitos, antes circunscritos ao meio econômico, agora teriam como local privilegiado os meios culturais. É a cultura e não o monopólio dos meios de produção o que está em jogo.

A atual crise capitalista, iniciada com os *subprim* questiona essa visão? Afinal, foram bens culturais que geraram a crise ou foi a base econômica da sociedade? Ainda que a cultura americana possa ter contribuído para gerar a bolha especulativa que jogou o sistema no buraco, a discussão que se coloca é o que é central na crise e o central parece ser o aspecto econômico.

Talvez por escrever a partir de um país da América Latina, em que o capitalismo não atingiu seu auge, seja mais difícil entender o peso do aspecto cultural em sociedades avançadas. Aqui, milhões de pessoas ainda lutam por emprego e salário e ocupam-se durante dez, doze ou mais horas por dia de atividades ligadas ao trabalho.

A realidade brasileira questiona Touraine (1984) em função da centralidade dos conflitos classistas desde meados dos anos de 1970 e até o presente. Não se verifica um desaparecimento dos problemas ligados ao mundo do trabalho, situação definida pelo autor como típica das sociedades pós-industriais.

O marxismo jamais rejeitou a existência de outros sujeitos sociais, apenas distinguiu o papel de vanguarda do proletariado. O fato de admitir-se uma multiplicidade de sujeitos não é argumento para descartar certa centralidade ainda hoje ocupada pela classe trabalhadora..

Note-se, ainda, que um indivíduo não ocupa apenas uma posição na sociedade durante toda sua vida. Principalmente quando falamos dos setores mais pobres verifica-se uma pluralidade de posições geradoras de conflitos e mobilizações políticas. Segundo Sousa:

Telles argumenta sobre a impropriedade do uso de oposições do tipo pobre/trabalhador produtivo, marginal/trabalhador honesto, na medida em que a experiência no mercado de trabalho tem levado os trabalhadores a transitarem



periodicamente entre emprego, desemprego e subemprego – ou seja, do mercado formal para o informal. Na prática isso significa uma mistura de situações relativas à estrutura produtiva. (SOUSA, 2007)

O indivíduo hoje pode ser trabalhador rural, amanhã operário da construção civil, depois desempregado, finalmente sem terra e militante do MST, ou quem sabe trabalhador autônomo e assim por diante. Assim a maioria da população ocupa toda sua vida, direcionando boa parte de suas energias vitais às questões do trabalho.

Para Laranjeira (1990) essa é também a realidade dos países centrais onde:

Desde a infância, o indivíduo é orientado a preparar-se para ocupar um lugar no mercado de trabalho, do qual dependerá a sua sobrevivência (...) Na idade adulta, o mundo do trabalho passa a ocupar lugar central na vida do indivíduo moderno (...) Na velhice, as suas condições de vida são um resultado direto do lugar ocupado anteriormente na divisão social do trabalho. (...) parece difícil deslocar a importância do econômico, simplesmente porque a reprodução da existência ainda depende em grande parte dessa dimensão.

Essa centralidade do mundo do trabalho e, portanto, dos elementos estruturais e objetivos, não significa que a cultura, enquanto construção social derivada do mundo real, não tem qualquer papel a cumprir, apenas se quer ressaltar que parece uma supervalorização do cultural propostas como a de Gohn (2004) de “negar o papel das determinações e dos processos objetivos, destacando o primado da subjetividade dos indivíduos”.

Como afirmava Ianni (1987) sobre a questão racial na sociedade brasileira:

O Camponês, operário rural, operário urbano, empregado, funcionário e outras categorias de trabalhadores continuam a defrontar-se com as diferenças raciais além das de classes. Mais frequentemente, as desigualdades sociais compreendem e mesclam diversidades raciais e de classes sociais. Sem esquecer as diversidades de cunho regional, culturais e outras, presentes nas condições e vida de todos.

Trata-se de reconhecer que todas essas formas de opressão e exploração tem um eixo ordenador e esse eixo é a condição de classe de cada indivíduo. O abandono dos conceitos de classe e luta de classes como pano de fundo da análise desvia a luta pela superação do sistema capitalista podendo levar a formulações que admitam uma maior humanização desse sistema e a convivência, obviamente subordinada, dos oprimidos numa sociedade sob gestão capitalista. Como afirmou Coelho (2005) “Não por acaso a perspectiva de superação do capitalismo desaparece do horizonte das lutas sociais. Expressões como ‘transformação social’ ou ‘mudança’ passam a designar arranjos novos no interior da ordem do capital.”.

## **6. A interação entre os “velhos” e “novos” movimentos sociais**

7.

Apesar da conjuntura desfavorável, a classe que vive do trabalho tem tentado dar respostas aos planos neoliberais. Expressão disso é a derrota eleitoral dos governos responsáveis pela aplicação dos planos de ajuste, com a eleição de Lula, no Brasil, Chaves, na Venezuela, o casal Kirchner, na Argentina, Morales, na Bolívia e Correa, no Equador. Outro momento do mesmo processo é o surgimento de novos movimentos sociais de juventude, nacionalidades, por gênero ou opção sexual, entre outros. Esses novos movimentos combinam-se com greves gerais convocadas por centrais

sindicais tradicionais e com as lutas dos camponeses sem terra. Novos e velhos movimentos sociais levantam-se contra o avanço do neoliberalismo no continente.

Cabe, porém, o questionamento: Para onde caminham os novos movimentos sociais? A julgar pelos teóricos da área, para uma mudança social de sinal indefinido. Uma sociedade de diversidade, afirmam. Mas sob gestão de quem? Inúmeras energias transformadoras tem se perdido por falta de um rumo claramente definido. Milhares de ativistas tem se incorporado a ONGs que se perdem na substituição de funções abandonadas pelos Estados neoliberais, executando, em lugar de tarefas emancipadoras, tarefas de manutenção, conservação e reforma do sistema, transformando energias transformadoras em conservadoras.

Nesse sentido, a afirmação da centralidade da categoria trabalho cumpre um papel relevante. Ao sistema mundo capitalista, monopolista e neoliberal só se pode opor um sistema social e econômico dirigido pela classe dos produtores, rumo a uma sociedade sem classes. Como afirma Rauber (2012), faz-se necessário iniciar desde já a construção dos homens e mulheres que conduzirão o processo de superação da sociedade capitalista, o qual *“se desarrolla como un complejo proceso de revolución permanente, sin etapas nitareas absolutamente delimitadas y separadas en el tiempo”*.

Feita essa ressalva, só se pode ver como algo positivo a multiplicação de movimentos sociais que almejam a transformação social e que organizam os mais variados setores da classe que vive do trabalho.

Esses novos movimentos sociais podem contribuir com sua rebeldia, com sua inovação, com seus ideais libertários para a transformação da qual os velhos movimentos sociais necessitam, livrando-os do burocratismo e aproximando-os dos trabalhadores em seus locais de trabalho, estudo e moradia.

Os velhos movimentos sociais, vencendo suas tendências ao imobilismo, devem se abrir à cooperação com os novos movimentos sociais, emprestando-lhes sua experiência e sua tradição de luta, sua história e seu referencial de classe, mas também aprendendo com eles.

Nessa interação de movimentos sociais os que vivem do trabalho próprio e não alheio só tem a ganhar, pois seu movimento sairá fortalecido e caminhará com mais facilidade para cumprir as desafiadoras tarefas que a história lhes impõe neste momento.

## 8. Conclusão.

9.

Este artigo discutiu, à luz da polêmica sobre a centralidade da categoria trabalho, os novos e velhos movimentos sociais latino-americanos, frente a uma conjuntura de aplicação de programas de ajustes neoliberais nos países da região, com foco na realidade brasileira.

Realizou-se uma ampla revisão bibliográfica abrangendo vários dos principais teóricos envolvidos nessa discussão, analisou-se a construção do conceito movimento social ao longo do século XX, até chegar à Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Na discussão sobre a centralidade da categoria trabalho levantaram-se argumentos clássicos – Marx e Engels – e contemporâneos - Laranjeira (1990) e Antunes (2011) – opondo-os às correntes que defendem o fim da luta de classes - Gorz (1982), Offe (1985) e Touraine (1984).

Concluiu-se que mesmo no quadro de pós-fordismo a categoria trabalho ainda é central para compreensão dos processos políticos e de enfrentamento vividos pelos oprimidos latino-americanos, visto ainda ser a condição essencial de vida de boa parte da população da região.

Aceita-se, contudo, a ponderação de Sherer-Warren (2011) sobre a necessidade de articular as concepções culturalistas e estruturalistas, levando em conta os aspectos culturais (raciais, de nacionalidade e sexo, entre outros) inerentes à construção do sujeito de transformação social na região, sem abandonar a perspectiva histórica que lhes dá sentido.

Destacou-se que a interação entre novos e velhos movimentos sociais tende a ser benéfica para as lutas dos povos latino-americanos, contribuindo para uma renovação das velhas instituições

fortemente burocratizadas e dando um referencial classistas aos milhares de ativistas dos novos movimentos sociais.

Analisar até que ponto a queda dos regimes burocráticos identificados com o chamado “socialismo real”, impactaram a consciência da intelectualidade europeia levando-a a decretar o fim da luta de classes e dar “Adeus ao Trabalho”, posturas que fundamentaram a Teoria dos Novos Movimentos Sociais seria uma linha de pesquisa bastante estimulante e poderia dar bons frutos.

A dívida da Teoria dos Novos Movimentos Sociais com as correntes teóricas que a precederam também mereceria um estudo aprofundado, visto a limitação de abordagem deste artigo.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In **Lua Nova**, 2009, no.76, p.49-86. ISSN 0102-6445
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. Ed. São Paulo : Cortez, 2011-a.
- \_\_\_\_\_. **O continente do Labor**. São Paulo :Boitempo, 2011-b.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 25, n. 87, p. 335-351, Campinas, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 31.08.2012.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. 4. reimpressão. Brasília : Editora UnB, 2010.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado em História da Universidade Federal Fluminense. orientadora Prof. Dra Virgínia Fontes. Niterói, 2005, 549 p.
- COHEN, Jean Louis; ARATO, Andrew.Redescobrimo a Sociedade Civil. In AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora: 1994. pp. 151-182.
- ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do trabalho**. São Paulo : Expressão Popular, 2004.
- GERTZ, René E. **Max Weber e Karl Marx**. Coleção Ciências Sociais n. 34. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo : Loyola, 2004.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro : Forense, 1982.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1992.
- IANNI, Octávio. Raças e Classes Sociais no Brasil. 3. ed revista e ampliada. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- LARANJEIRA, Sônia. **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo :Hucitec, 1990
- MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis (RJ) : Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo :Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo :Boitempo, 2012
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo :Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. Comentado por Chico Alencar. Rio de Janeiro :Garamond, 2001.
- OFFE, Claus. **Disorganized capitalismo**: Contemporary transformations of work and politics. Série Studies in Contemporary German social thought. Cambridge : MIT Press, 1985.
- PICHLER, Walter Arno. **Trabalho e Emprego**: Tendências da Sindicalização no Brasil: 1992 – 2009. In Indicadores. Revista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewArticle/2486> Acessado em: 27.02.2013.
- POCHMANN, Marcio. Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho. In **Procesos de abertura econômica y trabajo**: Nafta y Mercosul. Enrique de laGarza Toledo y Carlos Salas (Coordinadores) Disponível em: <<http://docencia.izt.uam.mx/egt/publicaciones/libros/naftaymercosur/brasil.pdf>> Acessado em: 27.02.2013.
- RAUBER, Isabel. **Revoluciones desde abajo**:gobiernos populares y cambio social em Latinoamérica. Buenos Aires : Continente, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais e pós-colonialismo na América Latina. In **Revista Ciências Sociais** Unisinos, v. 46. N. 1, p. 17-26, jan./abr. 2010. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ci%C3%82ncias\\_sociais/issue/view/7](http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ci%C3%82ncias_sociais/issue/view/7) > Acesso em: 07.01.2012.

\_\_\_\_\_. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In **Movimentos Sociais e Participação: Abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Scherer-Warren e Lüchmann. Florianópolis : Editora UFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Redes de Movimentos Sociais**. 5. ed. São Paulo : Loyola, 2011-a.

SERBIN, Andrés. Globalización y sociedad civil en los procesos de integración **Nueva Sociedad** n. 147 Enero-Febrero 1997, pp. 44-55

SORJ, Bernardo, MARTUCCELLI, Danilo. **O desafio latino-americano: coesão social e democracia**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil**. Uberlândia : EDUFU, 2007

TOURAINÉ, Alain, An Introduction to the Study of Social Movements, in **Social Research**, USA, Volume 52, Number 4, Winter, 1985 Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/40970397?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101854024281>> Acessado em: 20.02.2013

\_\_\_\_\_. **Le retour de l'acteur: Essai de sociologie**. Collection Mouvements, no 3. Paris : Fayard, 1984.

VERONESE, Marília Veríssimo, LACERDA, Luiz Felipe Barboza. O sujeito e o indivíduo na perspectiva de Alain Touraine. **Sociedade e Cultura** v. 14 n. 2 p. 419 – 426, jul/dez 2011. Goiânia (GO)

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: An introduction**. London: Duke University Press. 2004.